

**EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL – 6ª VARA CÍVEL – FORO DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO
C250419**

EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) do bem abaixo descrito, ora objetivando a intimação do executado: **PC LIMA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL EIRELI (CNPJ 24.726.072/0001-89)**, **PAULO CÉSAR LIMA JUNIOR (CPF 263.331.348-56)**, **DANIELA CALIXTER LIMA (CPF 178.489.908-93)** e demais interessados **AMPM COMESTÍVEIS LTDA (CNPJ 40.299.810/0001-05)** e **BANCO SANTANDER (BRASIL) (CNPJ 90.400.888/0001-42)**; em razão da **Ação de Execução de Título Extrajudicial, Processo nº 1010126-63.2022.8.26.0506**, em trâmite perante a **6ª Vara Cível – Foro da Comarca de Ribeirão Preto**, ajuizada por **IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A (CNPJ 33.337.122/0001-27)**.

A MM. Juíza de Direito, Dra. Mayra Callegari Gomes de Almeida, na forma da lei, **FAZ SABER**, que, fora designada a alienação do respectivo bem penhorado nos autos, por meio de leilão eletrônico (nos termos do Prov. CSM nº 19/2021, bem como os artigos 879 a 903 do CPC), a ser realizado na plataforma da Gestora Globo Leilões (www.globoleiloes.com.br), conduzido pela **Leiloeira Pública Oficial, Cassia Negrete Nunes Balbino**, matriculada na Junta Comercial de São Paulo sob nº 1.151. Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no sítio eletrônico supramencionado (artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

- 1. Descrição do imóvel:** Residência 01 do Residencial Villanueva de Córdoba, com entrada pelo nº 555 da Rua Tupinambás; possui uma área privativa de 96,09m²; área comum de divisão não proporcional de 9,90m²; área comum de divisão proporcional de 5,19m² perfazendo uma área total construída de 111,18m², correspondendo-lhe uma fração ideal no todo do terreno e partes comuns iguais a 0,3395, ou 33,95%, ou ainda 83,00 m². A área de terreno ocupada pela edificação é de 43,21m². Confronta pela frente com o abrigo para auto; pelo lado direito confronta com residência 02; do lado esquerdo, confronta com o prédio nº. 551 da Rua Tupinambás e com área descoberta; e, pelos fundos, confronta com área permeável de uso exclusivo da unidade. O residencial Villanueva de Córdoba, foi construído em um terreno constituído pelo lote nº 23, situado na Vila Itararé, com área de 244,50m², perfeitamente descrito e caracterizado na matrícula nº 57.399.

Observação: Erigida uma benfeitoria residencial assobradada com 02 (dois) pavimentos, possuindo os seguintes compartimentos: sala, lavabo, cozinha, lavanderia, dormitório suíte, banheiro suíte, varanda, dormitório 1, dormitório 2, banheiro social – Avaliação de Arquiteta nomeada nos autos às fls. 247/300.

Localização: Rua Tupinambás, nº 555 (casa 1) – Vila Alzira, Santo André/SP, CEP: 09195-110.

Matrícula Imobiliária nº		104.888 – 1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SANTO ANDRÉ		
Ônus				
Averbação/Registro	Data	Ato	Processo	Credor
R. 04	29/09/2016	HIPOTECA	-	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A (CNPJ 33.337.122/0001-27); AMPM COMESTÍVEIS LTDA (CNPJ 40.299.810/0001-05)
AV. 05	02/02/2023	PENHORA	1001469-54.2022.8.26.0047	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A (CNPJ 33.337.122/0001-27).
AV. 06	11/09/2023	PENHORA	1007369-18.2022.8.26.0047	BANCO SANTANDER (BRASIL) (CNPJ 90.400.888/0001-42)
AV. 07	15/03/2024	PENHORA	1009961.97.2022.8.26.0576	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A (CNPJ 33.337.122/0001-27).
AV. 08	24/02/2025	PENHORA EXEQUENDA	1010126.63.2022.8.26.0506	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A (CNPJ 33.337.122/0001-27).

Valor de avaliação: R\$ 413.00,00 (dezembro/2023) – Laudo de Avaliação às fls. 247 – 300.

Valor de avaliação atualizado: R\$ 445.907,09 (maio/2025). O valor de avaliação será atualizado à época das praças, por meio do índice do E. TJ/SP.

Débito tributário: Em caso de débito tributário, este será sub-rogado no valor da arrematação, conforme dispõe artigo 130, do Código Tributário Nacional.

Débito exequendo: R\$ 674.519,74 (junho/2024).

DATAS DAS PRAÇAS: 1ª Praça terá início em 12 de agosto de 2025, às 11:00, e se encerrará no dia 15 de agosto de 2025, às 11:00. Não havendo lance igual ou superior à avaliação, nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a 2ª Praça seguir-se-á, iniciando-se em 15 de agosto de 2025, às 11:00, e se encerrará no dia 04 de setembro de 2025, às 11:00. Deverá ser considerado o horário oficial de Brasília/DF.

CONDIÇÕES DE LANCES E PROPOSTAS: Será considerado arrematante aquele que ofertar lance igual ou superior ao valor de avaliação atualizado em 1ª Praça, e, na 2ª Praça, aquele que oferecer lance igual ou superior a 50% do valor da avaliação atualizado. Caso não haja lance para pagamento à vista nas praças realizadas, serão admitidas propostas de arrematação parcelada, exclusivamente por meio do sítio da Gestora - www.globoleiloes.com.br (nos termos do Art. 22, parágrafo único, da Resolução nº 236/2016, CNJ). Para efetivação, será necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta, e o restante em até 30 meses. O saldo devedor sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP, e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta, todas serão destinadas a apreciação do MM. Juízo da causa, prevalecendo a de maior valor, ou melhores condições (artigo 891, parágrafo único; e artigo 895, §§ 1º ao 8º, todos do CPC). Nos termos do art. 895 do CPC/2015, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil. A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta)

meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil, gerada no <https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp>, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (Art. 884, IV do CPC). No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida, com as parcelas vincendas (895, § 4º, do CPC). Ainda, se o exequente arrematar o bem, e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor do bem exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa deste (artigo 892, §1º, CPC).

PREFERÊNCIA NA AQUISIÇÃO: Havendo mais de um pretendente, e em igualdade de oferta, terão preferência na aquisição dos bens, o devedor ou seu cônjuge, o companheiro, o descendente ou o ascendente do executado, e os coproprietários (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

COMISSÃO DA LEILOEIRA: O arrematante deverá pagar o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação. Este valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem; e pelo executado nos casos de acordo e remição. Deverá ser paga mediante DOC, TED, depósito em dinheiro ou Pix, no prazo de 24 horas a contar do encerramento do leilão, na conta bancária da Leiloeira Oficial, a ser indicada após a arrematação (artigo 884, parágrafo único, do CPC; artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ; e artigo 24, parágrafo único, do Decreto nº 21.981/32). Ainda, a devida comissão não será devolvida ao arrematante, salvo se, a arrematação for desfeita por determinação judicial, ou por razões alheias à vontade deste.

INADIMPLEMENTO: Caso não efetuado no prazo estipulado, o depósito da oferta e/ou o pagamento da comissão da leiloeira, esta comunicará o MM. Juízo responsável, que apreciará os lances imediatamente anteriores, ora sem prejuízo da aplicação de sanção prevista no art. 897 do CPC, ao arrematante remisso. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação, ou promover em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução, em que se deu a arrematação. (Art. 895, §5º do CPC).

DESISTÊNCIA: Inexistindo prévio motivo para desistência do arrematante, poderá ser configurado fraude em leilão. Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente (art. 186 e 927, do Código Civil, e art. 358 do Código Penal), ficando ainda obrigado a pagar a título de multa, o valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, em favor da leiloeira, sem prejuízo a demais sanções aplicadas pelo MM. Juízo da causa. Poderá ainda, a leiloeira emitir título de crédito, para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito.

CANCELAMENTO DO LEILÃO: Havendo cancelamento ou suspensão das hastas após a publicação do edital, especialmente em razão de acordo entre as partes ou pagamento da dívida, será devido o reembolso das despesas suportadas pelos leiloeiros, a serem pagas pela parte requerida ou aquela que der causa ao cancelamento (Resolução nº 236/2016, CNJ).

DESPESAS: Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados, correrão por conta do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

VENDA EM CARÁTER “AD CORPUS”: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

DÉBITOS: O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários, conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional.

ALIENAÇÃO PARTICULAR: Objetivando a celeridade, economia e efetividade processual, na eventualidade de restar negativo o leilão em apreço, a leiloeira ficará autorizada a prosseguir com a venda, por intermédio de Alienação Particular (Provimento CSM nº 1496/2008), estabelecendo-se um prazo máximo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo proposta de compra à vista ou parcelada, do correspondente ativo, esta será submetida, imediatamente, à apreciação e aprovação do MM Juízo; encerrando o prazo supramencionado.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Através do e-mail: atendimento@globoleiloes.com.br, ou telefone fixo e WhatsApp: (11) 4020-1694. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita exclusivamente pelo sítio eletrônico da Globo Leilões: www.globoleiloes.com.br, cujo endereço profissional é a Avenida Paulista, nº 1.079, 7º e 8º andar, Bela Vista, São Paulo/SP - CEP: 01311-200.

A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (Art. 889, parágrafo único, do CPC). Dos autos não constam recursos ou causas pendentes de julgamento. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

Ribeirão Preto, 02 de julho de 2025.

Eu, _____, escrevente, digitei.

Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DRA. MAYRA CALLEGARI GOMES DE ALMEIDA
JUÍZA DE DIREITO